



MATERNO-INFANTIL

Leitos do SUS serão regulados pelo Estado

A partir do dia 1º de dezembro, os leitos maternos infantil do Sistema Único de Saúde (SUS) serão devidamente regulados no complexo regulatório do Estado. Foi o que garantiu a coordenadora de Atenção Hospitalar e Urgência do Estado, Márcia de Oliveira Guimarães, durante a audiência realizada no **Ministério Público do Estado (MPE)** na manhã da última quinta-feira, 13. Ainda no encontro, também foi informada a diminuição da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, a qual cumpre decisão judicial a respeito da regulação das parturientes, realizando a triagem no atendimento e somente permanecendo na unidade a gestante de alto risco.

“Estamos funcionando na capacidade da maternidade, pois está sendo efetuada a triagem e quando avaliada a gestante para o atendimento nas alas azul e verde, elas são encaminhadas para as unidades de Socorro ou o Santa Isabel para serem atendidas pelo médico. Já quando a classificação da gestante é na cor amarela, ela permanece na Nossa Senhora de Lourdes para ser atendida. A regulação está sendo cumprida, existe o acolhimento de quem chega, porém somente fica na maternidade a paciente de alto risco. Com isso, não existe mais a superlotação, a capacidade de 100% está preenchida, mas hoje as usuárias têm uma assistência de melhor qualidade, pois já não há a superlotação”, disse a coordenadora da Obstetrícia da MNSL, Alba Patrícia Mello.

Sobre o complexo regulatório a funcionar a partir do próximo mês, a coordenadora de Atenção Hospitalar e Urgência do Estado, Márcia de Oliveira Guimarães explica que a medida buscará fazer com que a população gestante se dirija à unidades regionais para o atendimento. “O pacto interfederativo no Estado aponta que 80% das parturientes são de risco habitual, 15% de alto risco referenciado na Nossa Senhora de Lourdes e 5% de demanda espontânea. Com o complexo regulatório, vamos fazer com que a paciente de risco habitual seja vinculada a unidade de referência. A paciente será acolhida na unidade que comparecer, mas quando feita sua classificação, será encaminhada a sua unidade de referência. Acredito que com isso iremos conseguir diminuir a disparidade no percentual de atendimento, que varia entre 97% a 110%, em Aracaju, enquanto que no município de Nossa Senhora da Glória é de 46%. Ou seja, há uma superlotação em um lugar e na outra uma defasagem. A nossa meta é que os 80% de pacientes de risco habitual sejam atendidas em suas unidades de referência num prazo de seis meses a um ano”, destacou.

▼ **LEITOS MATERNO-INFANTIL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) SERÃO REGULADOS PELO ESTADO**

Para a tesoureira do Sindicato dos Enfermeiros de Sergipe, Shirley Morales, a grande problemática das regionais do interior do estado está na falta de condições de trabalho e atendimento à população. “A regulação classificatória é uma ótima medida, acredito que vai contribuir bastante, mas é preciso também ver as condições estruturais das unidades. Constantemente falta material básico de atendimento aos pacientes, assim como profissionais, há unidades que estão em reforma permanente, então, tudo isso acaba inviabilizando o atendimento de qualidade. Acredito que numa ação conjunta entre todos os envolvidos, seja possível fazer a regulação, como está sendo feito na Nossa Senhora de Lourdes, e oferecer o serviço adequado à gestantes. É preciso agir em conjunto com a atenção básica para que esta possa informar às usuárias, orientá-las quanto às unidades, pois somente assim conseguiremos dar fim à superlotação em Aracaju e fazer com que as gestantes busquem as regionais”, destacou.

Segundo a **promotora Euza Missano, da Promotoria dos Direitos à Saúde**, todas as informações serão apresentadas nos autos do processo, sendo que as referentes ao não funcionamento pleno das maternidades regionais serão encaminhadas ao Centro de Apoio Operacional Saúde para análise. “Essa audiência é consequência de uma ação que propomos em agosto deste ano com o objetivo de acabar com a peregrinação das parturientes para atendimento nos hospitais. Assim, foi que a maternidade Lourdinha passou a realizar a regulação específica e já conseguiu diminuir a superlotação, e agora nos foi informado sobre o complexo regulatório a partir do próximo mês. Porém, ainda foi apontado problemas quanto a escala médicas nas maternidades regionais, então vamos apresentar ao CAO para que sejam tomadas as providências pertinentes”, disse.